
UNIVERSIDADE, REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA: histórias de parceria no assentamento 20 de Março-MS¹

UNIVERSIDAD, REFORMA AGRARIA Y AGROECOLOGÍA: historias de colaboración en el asentamiento 20 de Março-MS

Francielle Rodrigues de Macedo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduação em Geografia, Três Lagoas, MS, Brasil
francielle.r.macedo@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduação em Geografia, Três Lagoas, MS, Brasil
raaalm@gmail.com

Resumo

A reforma agrária é a política pública que possibilita ao camponês sem-terra a possibilidade da reprodução social do grupo doméstico por meio da agricultura camponesa. Por sua vez, a agricultura camponesa é aquela que mais se aproxima da agroecologia porque suas práticas de sustentabilidade são inerentes ao modo de vida camponês que possui a terra como “morada da vida”, que é diferente da agricultura capitalista. Nesse sentido, a agroecologia é uma forma de preservação de um modo de vida ligado a uma economia camponesa cujo centro é a recriação da vida do grupo doméstico, não do lucro. O desafio neste estudo é apreender dinâmicas agroecológicas no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas, considerando, especialmente, as dimensões fundamentais da agroecologia, a saber: prática/científica/movimento. Esses caminhos de estudo foram trilhados na busca de articulação da teoria com a empiria na forma de revisão teórica, uso de fontes orais e registros fotográficos. Esta pesquisa encontra sentido na compreensão de que o trabalho acadêmico é uma forma de contribuição para o fortalecimento da luta dos camponeses tanto para o acesso como permanência na terra de vida e trabalho. Entendemos ainda que a ativação do modo de vida camponês é a possibilidade de construção da agricultura camponesa agroecológica, aquela capaz de gerar alimentos sem criar problemas socioambientais. Portanto, devemos ouvir às histórias camponesas de recriação da vida para aprender princípios e caminhos agroecológicos.

Palavras-chave: Camponês. Universidade. Agroecologia. *Práxis*.

Resumén:

La reforma agraria es la política pública que posibilita que el campesino sin tierra tenga la posibilidad de reproducción social del grupo doméstico a través de la agricultura campesina. A su vez, la agricultura campesina es la que más se acerca a la agroecología porque sus prácticas de

¹ Este estudo insere-se numa pesquisa mais ampla, intitulada: IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS, financiada pelo CNPq, MAPA, MCTIC, MEC-SEAD e CASA CIVIL.

sustentabilidad son inherentes al modo de vida campesino que tiene la tierra como “hogar de vida”, que se diferencia de la agricultura capitalista. En este sentido, la agroecología es una forma de preservar una forma de vida ligada a una economía campesina cuyo centro es la recreación de la vida del grupo doméstico, no del lucro. El desafío en este estudio es aprehender la dinámica agroecológica en el asentamiento 20 de Março en Três Lagoas, especialmente considerando las dimensiones fundamentales de la agroecología, a saber: práctica / científica / movimiento. Estos caminos de estudio se siguieron en la búsqueda de la articulación de la teoría con el empirismo en forma de revisión teórica, uso de fuentes orales y registros fotográficos. Esta investigación encuentra sentido en el entendimiento de que el trabajo académico es una forma de contribución para fortalecer la lucha de los campesinos tanto por el acceso como por la permanencia en la tierra de la vida y el trabajo. También entendemos que la activación del modo de vida campesino es la posibilidad de construir una agricultura campesina agroecológica, aquella capaz de generar alimentos sin generar problemas socioambientales. Por eso, debemos escuchar las historias campesinas de recrear la vida para conocer los principios y caminos agroecológicos.

Palabras-clave: Campesino. Universidad. Agroecología. *Práxis*.

Introdução: por uma práxis camponesa

A práxis é no marxismo uma categoria do modo de pensar dialético. Portanto, é impossível analisar o conceito de práxis somente por uma via (teoria ou prática), pois, ela é a determinação da existência humana sobre a realidade como um todo (de forma dialética), imediata (no presente) ou mediata (no futuro). Essa relação temporal se manifesta ao homem no trabalho. A práxis então é potencializadora da liberdade humana, mas também é degradada pela manipulação por meio da objetivação humana. (KOSIK, 1976).

A práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente –, unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, do sujeito e objeto, do produto e da produtividade. (KOSIK, 1976, p. 222. Grifos do autor).

O modo dialético no qual a práxis está inserida é grande potencializador para o entendimento do que é real – pois rompe-se com a “corporeidade fantasmagórica” do discurso ideológico –, e assim, é força que impulsiona as revoltas das classes não hegemônicas. Em outras palavras, na busca pela concepção da história, deve-se analisar as relações a partir da práxis material. Logo, a concepção da história aqui defendida,

[...] não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a

força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (MARX; ENGELS, 2007, p. 42-43. Grifo dos autores).

O “paradigma dominante”, leia-se moderno, impulsiona as dualidades, deixando a análise fragmentada e contribuindo para a transformação dos conceitos em dogmas.

Uma tentativa de superação do “paradigma dominante” (paradigma moderno cartesiano) pelo “paradigma emergente”² é pela via de superar as dicotomias, permitindo que o pesquisador também seja sujeito da pesquisa – todo pesquisador tem um pouco do objeto dentro de si –, há uma tentativa de se compreender a totalidade considerando as singularidades do local.

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SOUSA SANTOS, 2008, p. 60).

A realidade passa então a ser entendida a partir da tese-antítese-síntese. Entende-se que o real é contraditório, fruto das relações sociais classistas (em que os donos dos meios de produção são a classe hegemônica, mas não homogênea), e, que a história não é linear. Portanto, a produção do conhecimento científico, na qual essa pesquisa está ancorada, é aquela que é vivida pelos camponeses no chão do assentamento, crivada pelas contradições porque feita de gente de carne, ossos e sentimentos – é práxis!

Sendo esse artigo recorte de uma pesquisa de dissertação, cujo objetivo geral era entender como a agroecologia contribui para a recriação camponesa no PA 20 de Março, Três Lagoas – MS, foram realizados dois trabalhos de campo no ano de 2019, totalizando quatro dias, e, um campo no ano de 2020, totalizando 4 dias. Soma-se a isso outras visitas ao assentamento 20 de Março para atividades do Laboratório de Geografia Agrária (GeoAgrária) e aulas do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS, Campus de Três Lagoas. Em todas essas incursões, a meta era treinar os sentidos para apreender o máximo de informações, no anseio de alinhar a teoria com as experimentações sociais agroecológicas buscando a construção do conhecimento científico comprometido com a realidade.

² SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Reforma agrária e recriação camponesa: o futuro agroecológico

A reforma agrária é uma política de Estado – e não uma política de governo³ – que visa a distribuição de terras concentradas para garantir o acesso dessas à sociedade⁴. Há alguns projetos de regularização e distribuição de terras pelo Estado, que diferem da reforma agrária, a exemplo da demarcação de terras indígenas. (STEDILE, 2012). As terras, por meio da desapropriação, tornam-se de domínio do Estado, este repassa a posse às famílias a serem assentadas.

Esse processo, feito a partir da desapropriação, é função do Estado. A desapropriação é feita mediante a compra da terra, cujo preço a ser pago pelo Estado ao dono da propriedade privada é taxado segundo o preço médio da terra no mercado. Neste caso de terra particular improdutiva, no caso de terra grilada (terra devoluta) não há compra da terra, paga-se as benfeitorias existentes – o que é um contrassenso considerando que a terra foi usada sem pagamento de aluguel aos cofres públicos.

Há casos intermediários em que o governo não paga pelas terras, mas indeniza o proprietário pelas benfeitorias que porventura haja na fazenda, como casas, galpões, cercas. No Brasil, tem ocorrido essa situação quando os fazendeiros entram em terra pública, sem que possuam o direito legal sobre elas; o governo, então retira-os da terra pública, indenizando as benfeitorias que tenham feito. (STEDILE, 2012, p. 657).

Desde os primórdios da colonização no Brasil, as atividades e ciclos econômicos orientam a apropriação territorial, sob articulação externa (mercado internacional). No século XX e XXI, essa apropriação (fruto dos interesses de empresas transnacionais e nacionais) atende a finalidade de exportação e intensificam os monocultivos de soja, cana e eucalipto, modificando e flexibilizando as diferentes legislações, principalmente o código florestal, de forma a atender aos interesses privados. (KUDLAVICZ, 2011).

Atualmente, o capitalismo monopolista busca juntar cidade e campo, rural e urbano, indústria e agricultura, beneficiando o setor do capital industrial em detrimento dos camponeses (um desenvolvimento desigual e combinado). (OLIVEIRA, 2007).

Isto é, ao mesmo que se desenvolvem relações capitalistas no campo, com o aumento do assalariamento de trabalhadores (bóias frias), também reproduz relações tipicamente camponesas de produção (não capitalistas) que tem na força de trabalho famílias a base das relações de produção. Sabemos que esta realidade da produção camponesa não é tão simples assim porque a famílias camponesa não está fora do sistema capitalista de produção. Ela inclusive vende parte da produção excedente no mercado capitalista. Como também em

³ Entende-se que o projeto de Estado são leis irrevogáveis, ao contrário do projeto de governo.

⁴ Redemocratização das terras. (STEDILE, 2012).

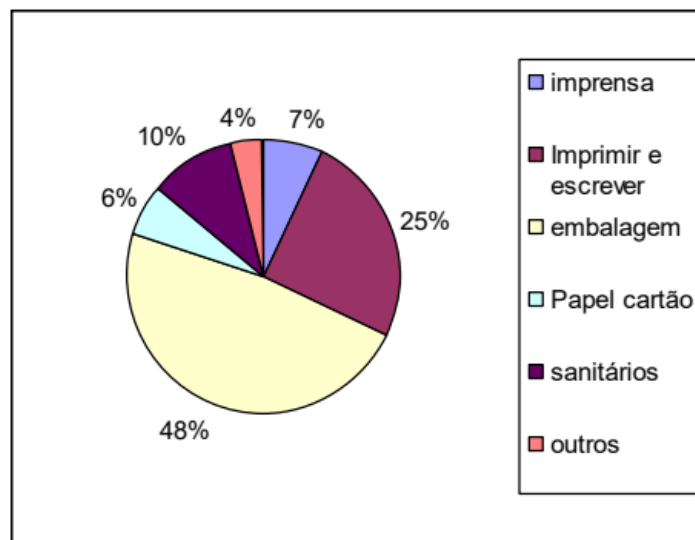
determinadas situações usa força de trabalho de fora da sua família, por um período temporário. (KUDLAVICZ, 2011, p. 36).

Na década de 1970, atendendo ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), tivemos vários planos desenvolvimentistas a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Estes foram importantes para a expansão da pecuária e o plantio de eucaliptos e pinus na Microrregião de Três Lagoas. (KUDLAVICZ, 2011).

Os projetos atendidos, em sua maioria, eram das médias e grandes propriedades. Portanto, toda essa dinâmica de desenvolvimento voltada aos eucaliptais desde o passado até a atualidade, na Microrregião de Três Lagoas, foi alimentada por incentivos fiscais garantindo à região sua “vocação florestal”. (KUDLAVICZ, 2011).

Alta e produção de papel e, conseqüentemente, de investimentos governamentais em empresas desse ramo (fortalecendo os monocultivos de eucalipto e pinus no Brasil), são resultados da alta demanda do mercado externo. Demanda essa que tem pouca relação com a produção de papel para alfabetização ou consumo para suprir as necessidades humanas (gráfico 1). (KUDLAVICZ, 2011). Portanto,   necessária uma mudanç a para além do consumo individual indispensável do papel, é preciso que a demanda industrial deixe de ser supérflua, porque voltada para impressões de propaganda e fabricação de embalagens e passa a se preocupar com as necessidades de reprodução da vida social.

Gráfico 1: Consumos de papel no Brasil



Fonte: BRACELPA, Relatório Anual 2008/2009.

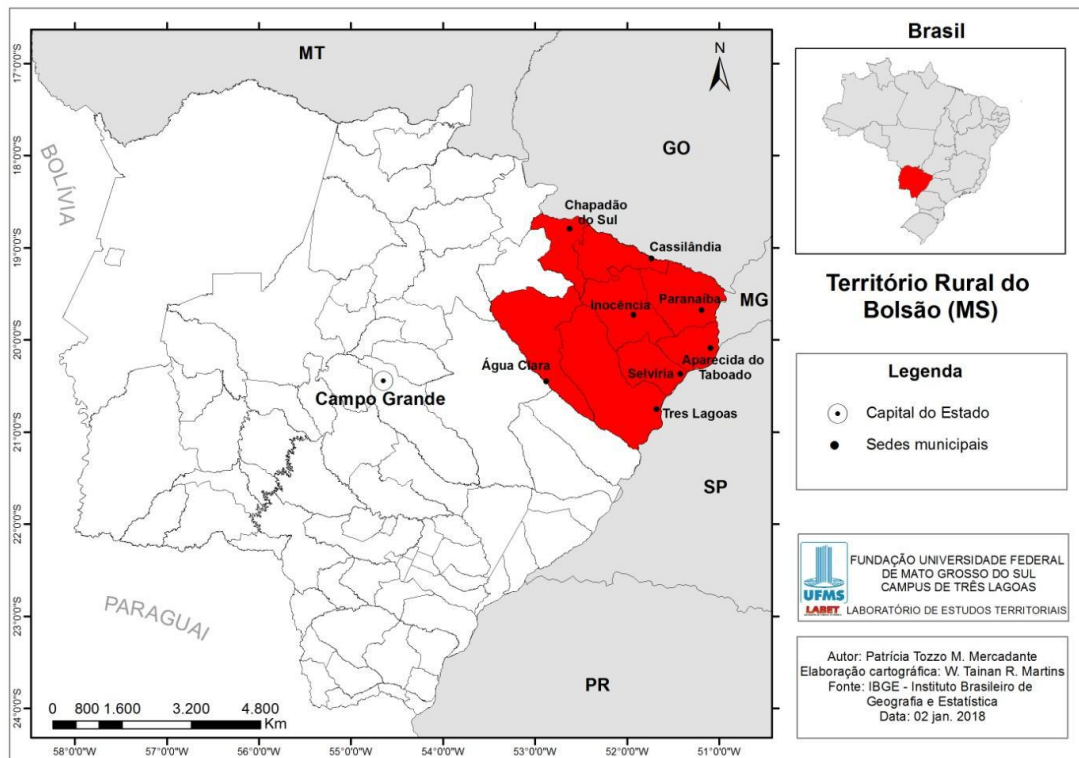
Org.: Miecslau Kudlavicz, 2011.

O Estado financia e projeta (além do perdão de dívidas), por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a instalação de empresas do setor celulósico e, a dívida externa, impulsiona as exportações em detrimento da produção que atende ao mercado interno. (KUDLAVICZ, 2011).

Nardoque (2016) fala em contrarreforma agrária no governo Dilma Rousseff pela falta de criação de novos assentamentos. Evidencia também duas das principais dificuldades dos já assentados no município de Três Lagoas, a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e ausência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nas áreas de assentamento.

Alguns assentamentos de Mato Grosso do Sul, especialmente os da região do Bolsão, estão sob forte influência das empresas do setor celulósico e convivem com realidade desigual de acesso aos fundos públicos, enquanto os assentados estão abandonados, as empresas privadas têm amplo acesso aos recursos públicos. Realidade alicerçada pela aliança do capital com o Estado via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (NARDOQUE, 2018); (ALMEIDA, 2018).

Mapa 1: Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE, 2018.

Org.: Patrícia Tozzo Mercadante, 2018.

Três Lagoas⁵, onde localiza-se dois assentamentos de reforma agrária: O PA 20 de Março e PA Pontal do Faia (faz parte do Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul – composto por mais sete municípios (mapa 1).

Três Lagoas é marcada pela alta concentração fundiária e, historicamente, a população residente no campo vem diminuindo, migração agravada nos últimos anos, com as mudanças de atividade econômica no campo. Neste sentido, Kudlavicz (2011) aponta a venda e arrendamento de fazendas de pecuária para o plantio de eucalipto como motores da migração campo-cidade na microrregião de Três Lagoas.

Segundo Kudlavicz (2011), a territorialização das empresas no campo de Três Lagoas colaborou para o empobrecimento das comunidades rurais, por conta da mudança de atividade econômica, causando o esvaziamento do distrito Garcias e distrito Arapuá. Os arrendamentos e vendas das terras, o espraiamento do monocultivo de eucalipto, corroboram para desativar setores importantes no campo, a exemplo das escolas. Dessa forma, o número da população que habita os distritos fica condicionado às dinâmicas de plantio do eucalipto das empresas de celulose e papel.

A compra de terras e arrendamento pela FIBRIA, além de ter desempregado centenas de camponeses, vem aumentando a concentração de terra na região e aquecendo o mercado o que resulta em majoração dos preços. Por outro lado, gera vazios populacionais na Microrregião o que incide diretamente sobre os caminhos da reforma agrária. (KUDLAVICZ, 2011, p. 147).

Em 2011, juntou-se a territorialização do setor celulósico em Três Lagoas, a Eldorado Brasil (resultado da fusão entre Eldorado e Florestal Brasil). Essa empresa exporta ao ano 1,5 milhão de tonelada de celulose. (ALMEIDA, 2018).

Em 2009, este processo se consolidou com a entrada em operação da fábrica “Horizonte I” em Três Lagoas – articulando plantio de eucalipto, processamento da celulose e produção do papel por meio de parceria entre Fibria (resultado da fusão das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose, em 2009) e Internacional Paper/IP. (ALMEIDA, 2018, p. 280).

O abandono por parte do Estado das terras de reforma agrária configura abandono de bem público (já que o direito de propriedade pertence ao INCRA), e isso tem permitido duas variáveis principais: a) a “porteira abandonada” da reforma agrária por parte do Estado; b) as ações de responsabilidade social dentro dos assentamentos feitas por agentes privados.

⁵ Município esse que tem alta concentração de terras, base da pecuária extensiva e, atualmente, das empresas do setor de celulose e papel – Suzano e Eldorado Brasil.

Esse processo configura a privatização da reforma agrária. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014).

Cientes da conflitualidade entre lógicas distintas no Território do Bolsão, os capitalistas do setor buscam por meio de ações sociais adiar a emergência do embate territorial expresso na paisagem, bem como atender exigências de responsabilidade social previstas nos financiamentos públicos ao setor. (ALMEIDA, 2018, p. 281).

Segundo Almeida (2018), a recriação camponesa feita em áreas próximas ao monocultivo de eucalipto gera uma situação paradoxal de ajuda e controle - resultado dos investimentos sociais das empresas⁶. Assim, o capitalismo verde⁷, e suas ações de responsabilidade social, é uma faca de dois gumes: deixados à própria sorte pelo Estado após serem assentados, os camponeses usam as ações sociais das empresas como forma de na terra permanecer e, ao mesmo tempo, são agentes conscientes dos impactos pela proximidade que possuem com os plantios de eucalipto e as fábricas de celulose.

Registra-se que as famílias não são “inocentes úteis”. Parte tem consciência do processo de “privatização” da Reforma Agrária. Mesmo assim, aderem porque, neste momento, é a possibilidade que visualizam para permanecer na terra via estruturação do lote. Incluso o trabalho assalariado nas papeleiras tem sido parte deste duro caminho de ambígua resistência, há casos na região leste do MS em que o projeto de reforma agrária figura como “viveiro” de mão de obra, numa silenciosa corrosão do modo de vida camponês. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 04).

Nardoque (2016) aponta para outra estratégia: há uma tendência dos camponeses, que moram perto dos monocultivos, venderem sua força de trabalho às empresas. Entretanto, essa prática é também uma estratégia de recriação camponesa (na busca pelo

⁶ “Práticas empresariais que devem ser entendidas num contexto específico, qual seja o de que as empresas receberam volumosos incentivos fiscais (e ambientais) para se estabelecerem na região e que devem conduzi-los em forma de “desenvolvimento sustentável” – leia-se restituir parte destes benefícios em favor da comunidade local na forma de projetos sociais. A isso mescla-se a necessidade de adquirirem o selo de origem que funciona como sinal aos consumidores globalizados que o produto, ou seu componente, é proveniente de uma floresta que não impactou seu entorno, em outras palavras: ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo”. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 03).

⁷ O Capitalismo verde está ligado ao REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), e consiste em apropriação privada, principalmente das florestas do hemisfério Sul, para redução dos impactos na biodiversidade, causados pelo desmatamento. (Para saber mais: <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/o-aprofundamento-da-apropriacao-e-da-concentracao-de-terras-na-era-do-capitalismo-verde-noticias-da-indonesia/>>.) “A ludibriosa barganha sustentável acontece entre o fornecedor ou provedor-recebedor (a figura que preserva determinado serviço ambiental) e o usuário-pagador (atores essencialmente dos setores agrícola e industrial) que quando investem em um determinado serviço ambiental, estão em outras palavras, adquirindo a sua anuência para prosseguir com a degradação ambiental.” (PEREIRA DOS SANTOS et al. 2018, p. 42).

equilíbrio trabalho-consumo) para na terra permanecer, mesmo em situações extremas de venda da força de trabalho.

Apesar do abandono da reforma agrária pelo Estado, os assentados não desistem de buscar caminhos de autonomia. Em Três Lagoas, eles conseguiram espaços de comercialização direta sob a forma de canais curtos de comercialização (CCC), dentro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, via projetos que visam, a partir de parcerias, fomentar a agroecologia como forma de possibilitar autonomia aos agricultores camponeses.

Reforma agrária na lei e na prática: o assentamento 20 de Março em questão

O PA 20 de Março foi criado em 2009 e representou uma grande conquista organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas. O primeiro acampamento foi montado em 2002, no Córrego do Moeda, posteriormente, em razão das dificuldades da luta, deslocaram-se para outros dois lugares, a saber: Córrego Amizade e Córrego do Pinto - ambos no município de Três Lagoas. Essa luta contou aproximadamente com 300 famílias, como nos conta Barbatimão no relato que segue.

Começou os barraco no Moeda, depois foi pro... Corgo Amizade, depois do Corgo Amizade foi pro Corgo do Pinto, aí do Corgo do Pinto é que veio pra cá em 2008, que a gente veio pra cá, montar os barraco aqui de frente à fazenda. [...] Olha... oh... assim quando a gente saiu do Moeda, a gente veio aqui pro Corgo Amizade, aí aqui teve um probleminha que o fazendeiro não gostou que ficasse lá. Aí o pessoal ficou... mudou pro Corgo do Pinto, fez o acampamento lá no Corgo do Pinto na 158. Ai de lá do Corgo do Pinto é que a gente veio pra cá em 2008, já pra de frente à fazenda. Só que quando veio pra cá, já veio já as famílias pré-selecionadas, aprovadas pelo INCRA. Já seriam, mais ou menos, as pessoas que iria entrar pra fazenda. (Entrevista concedida à autora no dia 19 de jun, de 2018).

As figuras de 1 e 2 contam um pouco dessa história na época de acampamento que foi montado à noite e debaixo de chuva, como relatou Barbatimão.

Figura 1: Limpeza do local para construção do acampamento no Córrego do Moeda



Fonte: Arquivo pessoal de Eliseu Lima de Araújo.

Figura 2: Amanhecer e o acampamento sendo levantado na beira da estrada, Córrego do Moeda, Três Lagoas-MS



Fonte: Arquivo pessoal de Eliseu Lima de Araújo.

O PA 20 de Março foi implantado em 2019 com 69 lotes, ou seja, muitas famílias de não suportaram a longa caminhada para a conquista da terra. E apesar essas 69 famílias terem conquistado o acesso à terra, o assentamento contou (e conta) com a presença mínima dos investimentos do Estado, ficando o contato restrito às visitas dos técnicos da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer)⁸.

⁸ Para saber mais, consultar: <<http://www.agraer.ms.gov.br/>>

A fala de Barbatimão exprime como foi a conquista pela terra. Em síntese, o processo foi concebido de forma pacífica (sem conflito fazendeiro versus sem-terra) e mediado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas (STR- Três Lagoas).

Oh, a organização foi feita no sindicato. É... foi... foi um acampamento sindicalizado. Que assim é... primeiro passo, pra você pressionar o governo e pra gente fazer um acampamento você precisa de um lugar pra montar o barraco. Então, só que assim, como a gente é organizado... primeiro passo, procurar o fazendeiro aonde a gente vai acampar, conversar com ele, vê se ele autoriza a gente a fazer aquela [...] onde o Valdeci morava, ele autorizou invadir a fazenda dele... passar pra dentro da fazenda dele, não jogar lixo na fazenda dele, se alguém fizesse isso, era expulso do próprio acampamento, os próprios acampado... tiraria essa pessoa do acampamento, porque é um acampamento civilizado. Não é baderna, foi muito bem organizado. Então ninguém podia jogar poluente dentro do pasto dele, não podia tá adentrando a fazenda dele... a gente tinha um espaço na beira da rodovia pra acampar. (Entrevista concedida à autora em 19 de jun. 2018).

Quando Barbatimão afirma: “como a gente é organizado... primeiro passo, procurar o fazendeiro aonde a gente vai acampar, conversar com ele, vê se ele autoriza a gente a fazer (...), porque é um acampamento civilizado”, evidencia-se o porquê de na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul haver terras concentradas e pouca reforma agrária. Percebe-se como a ausência na região do Bolsão de trabalho de base, comum nas ações dos movimentos sociais populares como o MST, produz uma consciência ambígua nos sem-terra. Os acampados do atual assentamento 20 de Março, queriam a terra, mas não queriam conflitos, pois temiam serem vistos como baderneiros. Acreditamos que a negação da conflitualidade, a opção pela negociação primeiro com o fazendeiro e, depois, com o Estado, retarda a emergência da consciência de classe. Percebe-se no relato de Barbatimão que não fica evidenciado qual era o lugar social deles nessa luta.

No caso da conquista do PA 20 de Março, o acampamento possuía uma organização interna ditada pelo STRs⁹ de Três Lagoas, que seguia as orientações da FETAGRI¹⁰. A alternância das famílias no acampamento era a estratégia de luta utilizada, ou seja, não havia obrigatoriedade de viver no acampamento, ao contrário do que ocorria nessa época com os acampamentos do MST. (ALMEIDA, 2006). Situação que restringiu o trabalho de base massivo, posto que algumas famílias seguiam acampadas enquanto,

⁹ A respeito das diferenças nas estratégias de luta pela terra no MS envolvendo movimentos sociais e organizações sindicais, ver Almeida (2006).

¹⁰ Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul.

outras, eram responsáveis pela manutenção desses companheiros debaixo da lona. Realidade transcrita a partir do relato de Barbatimão:

Oh, eu não posso falar assim que, foi horrível porque assim, igual eu falei, eu não participei diretamente do acampamento morando debaixo de lona. Mas assim, a gente ficava em apoio, né? Igual quando a gente mudou barraco pra cá, eu andava 40 km pra gente trazer água pro Goiano. O Valdeci trazia da fazenda e eu trazia lá da outra fazenda. [...] No geral, todos os barraco, que... cê vê o pessoal quando tá no acampamento, ela não... cê vê, não tem trabalho. Olha, se ela vai ficar acampada, ela não pode trabalhar. Então, mas ela tem que buscar o sustento dela, então ela não pode ficar aqui o dia inteiro, todo dia. Então nós saia pra buscar o sustento dela. A gente tinha o Edison, que ficava nos barraco cuidando dessa pessoa que saía, avisava ele “olha, tô saindo hoje, 2... 3 dias”, ficava cuidando dos barracos. (Entrevista concedida à autora em 21 de jun. 2018).

Em 2009, ao adentrar a terra prometida pelo Estado – a fazenda Arapuá, o movimento de luta pela terra organizado pelo sindicato, apesar de ser pacífico, não se livrou de enfrentar situação adversa e, no mínimo, paradoxal. A fazenda a ser loteada para os assentados via desapropriação, encontrava-se arrendada. Portanto, os assentados recebem permissão para entrar na fazenda, mas permaneceram na condição de acampados, uma vez que foram obrigados a viver por seis meses numa mínima fração territorial, o quintal da sede, rodeados pelos funcionários da fazenda arrendada.

Louro Pardo relembra esse impasse e o sofrimento no processo de conquista da terra do 20 de Março, mas ao recordar dá ênfase ao modo civilizado como o sindicato conduziu a negociação e aceitou que eles ficassem no quintal da Sede:

Lembro que nós foi barrado ali, oh...Na hora que... deram pra nós entrar na fazenda mas com umas condições. Nós sair da beira da rodovia, já pra entrar na fazenda, só que aqui na fazenda tinha um arrendatário. Arrendava a área. Aí o juiz alegou o seguinte... foi determinado pelo juiz, né? Que o cara tinha um prazo pra tirar o gado. Nós “sem problema nenhum”. Aí o fazendeiro, com mais uns 8 pessoal, eles barrou nós ali. Aí a dona Geni, pegou... que é a presidente do sindicato, ligou no INCRA, o INCRA tava sem combustível como sempre, aí a dona Geni falou: “Se for preciso, o sindicato banca a viagem de vocês, mas nós precisa do cês aqui, agora”, porque nós tava tudo no corredor, já tinha desmanchado barraco, já tinha tirado tudo, inclusive nosso... nosso assentamento na beira da rodovia era bem civilizado, que inclusive, nós pedimo apoio pra polícia federal pra nós sair do lá... nós tava do lado de lá da pista, pra nós entrar pra cá. Então como era um movimento grande, polícia federal que apoiou a rodovia pra nós passar, deu total apoio. Depois que nós entramo no corredor, aí sim, aí já tava liberado. Aí nós foi barrado aqui, só que aí veio um representante do INCRA com um advogado e falou: “não pode”... falou que o barraco nosso na época, nós fizemo aqui, mas era pra fazer do lado de lá, do lado de lá da represa. Falou: “Aqui não pode, aqui tem gado”, “ah não pode? Qual que é a área que tem disponível?”, “ah não tem área nenhuma”, aí o advogado do INCRA pegou e falou: “Então, se não tem área nenhuma vai ficar no quintal da sede...” que foi naqueles pé de manga ali, “...aqui é a área do quintal da sede, é aqui que eles vão acampar”, aí, pra nós foi até bom que tinha um rego d’água que passava aqui, descia um rego d’água

e fizemo os barraco tudo ali. Nós fiquemo acampado ali até corta... até o que? Uns 6 meses, né? 6 a 7 meses com o barraco ali, acampado ali. Nós não podia sair, andar aí... não. Andar ali na estrada, inclusive tinha funcionário da fazenda aqui ainda, nós fiquemo ali até... vim o pessoal pra cortar os lotes pra fazer o sorteio. (Entrevista concedida à autora em 21 de jun. 2018).

A princípio, foram priorizadas as famílias que mais ajudavam e contribuíram na época do acampamento, onde reuniões eram feitas entre os camponeses, controladas por eles mesmos por meio de um caderno. Esses nomes marcados eram sinal de presença na organização das famílias acampadas e serviram de critério para os primeiros nomes a serem entregues para o INCRA. Entretanto, a maioria das famílias não se enquadravam nas especificações do governo necessárias para o acesso à terra. Vejamos essa questão nas palavras de Louro Pardo:

Eu não sei se o INCRA mudou, mas o INCRA é o seguinte, pra você arrumar um lote, eles te puxa a sua vida todinha. Você tem que pegar... não é assim que o zotro fala lá: “ah no INCRA lá, dá bandido, dá isso, dá aquilo outro no assentamento”, não. O INCRA puxa todinha sua... seu histórico de vida, tudo e ainda manda a gente pegar atestado criminal lá, tudo pra mostrar pra ele, pra ver se você é gente boa mesmo. Se é ficha limpa. Eles não vai pegando assim qualquer um que chega. Depois que sai o assentamento tem muitos que chegam invadem o lote do zotro, aí já é um problema depois. Mas até então, até a organização desse tipo assim é boa, não é ruim não. (Entrevista concedida à autora em 21 de jun. 2018).

No diálogo com Barbatimão e Louro Pardo, sobre o processo de conquista da terra no PA 20 de Março, ficou evidente a influência da mediação do STR de Três Lagoas na organização e nas ações para a conquista da terra. Os entrevistados que fizeram parte do acampamento, e hoje são assentados, reprovam as ações mais incisivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). E não se enxergam como sem-terra no sentido defendido pelo MST, ou seja, como sem-terra como identidade coletiva. Consideram-se sem-terra como condição, ou seja, expressão de uma fase de acampamento superada com o assentamento, onde se tornaram com terra.

Barbatimão ao salientar o motivo pelo qual entrou no movimento de luta pela terra faz referência a resistência das pessoas acampadas na beira da estrada como forma de visibilidade e pressão frente a inércia do Estado. Ou seja, na reflexão sobre a prática ele entende que a mobilização foi fundamental para o movimento de conquista do assentamento.

Eu entrei nesse movimento justamente por causa disso, por causa da organização. Porque assim, eu sou contra baderna, eu sou contra algumas atitudes do MST, sou totalmente contra... eu sou assentado? Sou, entendeu? Mas sou contra a baderna total mesmo... baderna eu sou contra. Eu acho que negócio de invasão de terras, não podia existir. Porque se tem como você entrar

sem... organizado, entrar pela frente, esse é o ideal. Eu sou a favor da reforma agrária, mas a reforma agrária nesse padrão. Não forçada, a gente fica na beira da rodovia... ninguém é obrigado também ficar na beira da rodovia. A gente fica que é um modo de você pressionar o governo. Mas ninguém é obrigado a ficar em barraco debaixo de rodovia. [...] a gente fica pra pressionar o governo: “oh o pessoal tá ali esperando, né?”, então foi uma forma que a gente acho de pressionar. (Entrevista concedida à autora em 21 de jun. 2018).

Apesar de não concordarem com as práticas que visam pressionar o Estado feitas pelo MST, contraditoriamente, os entrevistados reconhecem na prática a efetividade maior das ações que fogem dos acordos mediados e entendidos como civilizados por eles. A fala de Louro Pardo torna evidente tal entendimento:

Se prestar atenção, nosso assentamento vai fazer 10 anos, né? Vai fazer 10 anos. Pra você ver, até hoje, nós não pegemo recurso do governo. Se é do MST, ele é bagunceiro, já tinha tudo. Eles entra na terra daqui a 03 anos, o governo já libera dinheiro pra eles. (Entrevista concedida à autora em 21 de jun. 2018).

A dificuldade dos assentados em acessar fundos públicos – a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ocorre por conta da difícil regularização da DAP e do Contrato de Concessão de Uso (CCU). Por sua vez, a falta de enfrentamento com o Estado para efetivação dos direitos da reforma agrária faz com que os entrevistados buscam ajuda nas empresas de celulose e atribuem a elas a conquista das condições para produção familiar, em especial a Fibria por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT).

E quem desenvolveu na verdade o 20 de Março foi o PDRT. Foi através da Fibria. Esse projeto PDRT, a gente já tinha ele, acho que 2007. Esse projeto era pra vir pra Mato Grosso do Sul, a gente ficou segurando ele, quando a gente entrou aqui, foi que a gente começou a fazer as primeira reuniões, né? PDRT, ai a gente selecionou, 20 entre aspas, os mais trabalhador, né? A gente ia montar um projeto piloto, e pro PDRT vir pro MS... por isso que projeto piloto cê sabe que tem que dar certo, né? A gente conseguiu pegar um time muito bom, a gente fez o projeto piloto funcionar, e a partir daí então foi que o PDRT veio pro MS. Que é o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural, né? Foi ai que alavancou o 20 de Março. E se a gente não tivesse o apoio do PDRT dentro do 20 de Março, eu acredito que esse assentamento ia ter umas 10... 15 pessoas aqui dentro só. Porque sem recurso, não tem trabalho, não tem condições de fazer nada. (Entrevista concedida à autora em 21 jun. 2018).

O CCU possui uma validação de cinco anos e garante o direito do uso da terra aos assentados. No PA 20 de Março, o CCU foi feito em 2009, o mesmo somente foi revalidado no ano de 2018, mas com data de assinatura de 2017. Portanto, aquela estratégia do tempo de acampamento de negociar sem conflito continua sendo hegemônica na luta na terra, mas como reforma agrária não é prioridade de Estado, a

passividade impede que eles avancem na conquista da política agrícola para o 20 de Março. E, mais, parecem não entender a razão da ausência do estado.

A DAP¹¹ – emitida pela Agraer e autorizada pelo INCRA, é o documento que identifica o assentado como agricultor familiar –, e permite acessar os programas do governo. O acúmulo de direitos lesados pela não revalidação da DAP tem representado um dos maiores problemas enfrentados pelos camponeses do 20 de Março, uma vez que essa declaração representa o acesso as demais políticas públicas. No PA 20 de Março foram feitas as DAPs provisórias em 2009. Essa situação é termômetro do abandono estatal, trata-se de um direito básico que é ignorado. O apreço pela luta pacífica, e a falta de um histórico de trabalho de base na luta pelos direitos, são explicativos dessa morosidade do Estado no atendimento do 20 de Março.

Os camponeses, em sua maioria, somente possuíam a primeira DAP (a provisória), que por lei, não pode ser revalidada e tem vencimento de um ano. E não nenhum acesso aos créditos iniciais da reforma agrária, a exemplo do PRONAF.

A saída para esses entraves de produção e comercialização foram os canais curtos de comercialização (em especial, as feiras). Esses canais sem a figura do atravessador é a forma de escoar a produção excedente sustentando o investimento produtivo, sem uso de créditos públicos. Em particular, o escoamento da produção constituía uma dificuldade para os camponeses, ora por conta da distância entre o assentamento e a cidade, ora por conta da dificuldade em articular produção e consumo. Com a organização do consumo, a situação melhorou e segundo informações de trabalho de campo, o PA 20 de Março, no ano de 2017, movimentou mais de R\$ 500.000,00.

Apesar de alguns desafios presentes na produção agroecológica, o PA 20 de Março encontra-se em transição agroecológica. Ao compreendermos teoricamente que a agroecologia fortalece a economia e recriação camponesa, a fala de Araticum, aproxima essa teoria da realidade ao considerar que a Agroecologia tem uma virtude: a autonomia.

Você consegue uma produção mais contínua, né? [...] a independência, né? A autonomia é a maior virtude, né? Não precisa correr atrás de nada, a maioria das coisas que eu preciso, eu tenho aqui dentro. Isso aí é uma vantagem, né? (Entrevista concedida à autora em 15 de jan. 2018).

¹¹ Para saber mais:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1754/PORTARIA%20N%C2%BA%20234%2C%20DE%2004%20DE%20ABRIL%20DE%202017.pdf>.

Mesmo deixados à própria sorte, na luta para permanecer na terra do 20 de Março os assentados conseguiram mesclar as situações de “ajuda” das empresas de celulose, marcadas pela dependência, com as oportunidades criadas pelos projetos da UFMS/Campus de Três Lagoas, marcadas pela autonomia. Nesta articulação, seguem se recriando, contraditoriamente.

Agroecologia: uma ciência a serviço da sociedade

A apropriação do discurso agroecológico pelas empresas responsáveis pela concentração fundiária, e ligadas aos impérios alimentares, é uma realidade, muitas estão se apropriando de práticas como a substituição de pacotes químicos por controle biológico e adubação natural, para atender nichos específicos da sociedade. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004); (MERCADANTE, 2018). Fundamental então marcar distinção em relação a essa prática empresarial, ou seja, a agroecologia deve ser entendida para além da substituição de insumos, deve ser compreendida a partir dos seus princípios, em especial a autonomia do agricultor e do consumidor.

Pensada desta forma torna-se imperativo distinguir o que é a agroecologia (como projeto de futuro) da agricultura orgânica (vendida nos supermercados¹²),

[...] e aqui é necessário demarcar diferenças: alimentos orgânicos podem não ter agrotóxicos, mas alimentos agroecológicos não têm nem agrotóxicos nem injustiça! Para resumir os grandiosos objetivos da agroecologia de garantir “segurança alimentar, erradicação da pobreza, proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção de processos de auto-gestão e a participação comunitária. (RIGOTTO, 2011, p. 130).

A agroecologia implica numa produção em agrossistemas, isto é, modificações que vão desde os nutrientes disponibilizados pelas práticas sustentáveis e manejo de solo, até as concepções socioeconômicas dos agricultores – que não buscam a quantidade de produção em detrimento da qualidade. A transição agroecológica¹³, nesse processo de produção em agrossistemas, é norteadora de toda a discussão acerca da agroecologia,

¹² Os produtos, como confirma Mercadante (2018), são mais caros por serem considerados orgânicos, e, são considerados assim, porque possuem as certificações do mercado funcionando como um fetiche. A pesquisa da referida autora, evidencia ainda, o desconhecimento e/ou a confusão dos consumidores sobre o que é um produto agroecológico e um produto orgânico.

¹³ Segundo Caporal e Costabeber (2004), a transição agroecológica tem muitas variáveis: cultural, política, ética de produção, socioeconômicas e ambientais.

pois, a produção agroecológica acontece em níveis, a médio e longo prazo. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004); (ALTIERI, 2004).

A produção agroecológica constitui um desafio para os camponeses acostumados ao pacote químico ou que receberam terras degradadas, por isso é importante que haja uma transição. Nesse sentido, vejamos a fala de Araticum:

Vou fazer uma calda de mamona, por exemplo, tem que ficar, pelo menos, 15 dias curtindo no álcool pra eu usar. Quer dizer, não dá pra mim fazer isso imediato. [...] é na onde que todo mundo falha, é na onde a maioria das pessoas que trabalham com agroecologia acaba desistindo, porque muitas vezes a pessoa não consegue esperar... a pessoa não consegue ter esse tempo, porque é... hoje o que eu falo muito pro pessoal aqui, é isso aí, né? Quem quer trabalhar com agroecologia ela tem que ter isso na cabeça. Então quer dizer, por causa disso a gente tem um processo chamado transição, porque se você hoje for falar: “vô começar agroecológico”, cê não começa. Cê não começa porque, você não vai esperar 30 dias pra comer, suas contas não vai esperar 60 dias pra pagar... você tem que gerar... você tem que gerar [...]. (Entrevista concedida à autora em 15 de jan. 2019).

Segundo Caporal e Costabeber (2004), apesar de a agroecologia objetivar auxiliar produções em agrossistemas, não há um método certo para as ações. Essa falta de caminho único para atingir resultado deve-se a dois dos seus princípios: a prática e o movimento – a agroecologia potencializa os saberes endógenos, numa dimensão local. Proporciona, dessa forma, uma construção contrária do conhecimento embasado no positivismo lógico. (PETERSEN et al. 2009).

A transição agroecológica vista como potencializadora endógena, possui alguns desafios, são eles: a) a redução da utilização de insumos químicos na agricultura convencional; b) a substituição total dos pacotes químicos e manejo do solo de forma convencional – nesse nível é comum que apareçam alguns problemas semelhantes a agricultura convencional, pois, a utilização errada das práticas sustentáveis, pode trazer algum desequilíbrio no ecossistema; c) redesenho dos ecossistemas, atingindo e potencializando suas funcionalidades nos processos ecológicos (GLIESSMAN, 2000 apud CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Ao falarmos de potencialidades endógenas, incluímos os saberes populares da lida com a terra e a forma como se organiza a economia camponesa – no caso dessa pesquisa.

Nesse sentido, concordamos com Caporal e Costabeber (2004) na definição do que é a transição agroecológica sob bases de uma agricultura sustentável:

Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender *requisitos sociais*, considerar *aspectos culturais*, preservar *recursos ambientais*, considerar a *participação política e o empoderamento dos seus atores*, além de

permitir a obtenção de *resultados econômicos* favoráveis ao *conjunto da sociedade*, com uma *perspectiva temporal de longo prazo*, ou seja, uma *agricultura sustentável*. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 15. Grifo dos autores).

O desenvolvimento sustentável a serviço do modo de produção capitalista, diferencia-se da sustentabilidade entendida a partir da agroecologia. Para o modo de produzir capitalista, suas ações de desenvolvimento rural sustentável servem para atender interesses do capitalismo verde e da produção orgânica. A transição agroecológica, quando percorre seus três níveis (diminuição dos insumos químicos, substituição dos insumos químicos e redesenho do agroecossistema), atinge a sustentabilidade plena. Isto é, tem seu potencial endógeno fortalecido pela produção feita em agroecossistemas sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Logo, atinge autonomia resultado da baixa dependência exógena.

Ecologia dos saberes: uma história de interação UFMS-Campus de Três Lagoas e Camponeses Assentados em transição Agroecológica

A diversidade epistemológica caminha sob duas vertentes: o pluralismo interno – caracterizado por questões que vão desde o entendimento do que é objeto e sujeito, até os caminhos teóricos trilhados, muitas vezes embebidos da perspectiva ocidental – e o pluralismo externo – fundamentado nas diversidades epistêmicas de infinitas culturas: uma ecologia de saberes. (SOUSA SANTOS, 2008).

A ecologia dos saberes e as ciências feitas por meio do “cosmopolitismo subalterno”, têm ganhado força nas últimas décadas, entretanto, ainda é predominante a crença na ciência moderna, cartesiana. Importante lembrar que a ciência é concebida pela junção entre as ideias e as crenças. “A relação entre crenças e idéias como duas entidades distintas passa a ser uma relação entre duas maneiras de experienciar socialmente a ciência.” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 86).

A ecologia dos saberes representa uma forma pós-abissal na construção do conhecimento científico, uma vez que busca responder e representa as demandas sociais, construindo hierarquias de saberes (atemporal e transescalar). Sem ignorar o que é real e o conhecimento não-científico, a ecologia dos saberes compreende que não é impossível a utilização das técnicas modernas, entretanto, no fazer ciência, não compreende como só

uma possibilidade a inserção das técnicas, e, parte da ideia de que essas últimas, sirvam toda a sociedade (sem linhas divisórias).

A ecologia de saberes ou ecologia de práticas de saberes, representa a força contra-hegemônica, é a diversidade cultural e epistemológica como motor para compreensão da realidade a partir das práticas vivenciadas no decorrer da história, são as ideias que desmancham as crenças nos dogmas da ciência hegemônica.

Na ecologia de saberes, aquilo que se aprende sem desconsiderar os próprios conhecimentos em dados momentos, faz parte de um processo de interconhecimento: a absorção do conhecimento – aquilo que, reciprocamente, se aprende – e desqualificação da ignorância – aquilo que é esquecido, desaprendido, diante do entendimento da importância do novo conhecimento, cujo corresponde à realidade. (SOUSA SANTOS, 2008).

Para o referido autor, a ecologia de saberes busca a justiça cognitiva, dessa forma, é embasada na ética, nos conhecimentos alternativos engajados a prudência no uso das tecnologias à realidade, no respeito a diversidade cultural, na busca da superação das dicotomias e dogmas científicos, na mensuração da importância da fabricação e uso das técnicas produzidas pela ciência para o meio, nos limites internos e externos inerentes ao conhecimento, no conhecimento, interconhecimento e reconhecimento, na construção do conhecimento por diferentes formas de saberes e sujeitos. A ecologia de saberes, não desconsidera o conhecimento e as técnicas produzidas pelo mundo ocidental, somente os tornam inadmissíveis como única forma de produzir/fazer ciência frente a diversidade (cultura, epistemológica e do que é real).

Segundo Santos (2001), uma nova globalização consiste na superação da centralidade do dinheiro alimentado pela tirania da informação e das técnicas a serviço de uma hegemonia econômica, por uma centralidade do homem, onde a vida, a solidariedade e culturas locais fariam com que a globalização perversa, tivesse sua existência ameaçada por não ter mais uma centralidade concreta.

Para Santos (2001), a mudança em marcha para uma nova globalização feita “por baixo”, é destino da não aceitação da submissão territorial dos países de terceiro mundo a países de primeiro mundo, oriunda dos pactos entre empresas multinacionais e estados em suas dimensões: culturais, econômicas e políticas. As culturas das massas

disseminadas, não atingiriam o local, cujo é fortalecido por culturas populares, tradicionais e herdadas.

Parafrazeando Santos (2001), há então a “nação ativa” (que na verdade é passiva, uma vez que possui um motor externo, não genuíno e impunha uma globalização feita “de cima pra baixo” por meio da tirania da informação e da centralidade do dinheiro), e “nação passiva” (que deveria ser considerada ativa, pois, é enraizada, fomenta as dinâmicas locais próprias através da cultura e possui formas próprias de conhecimento e modos de vida).

Para Sousa Santos (2018), a luta pela legitimidade na produção do conhecimento científico não-hegemônico, acontece em cinco áreas de domínio:

- **Acesso:** os métodos de acesso à universidade pública de qualidade a estudantes da educação básica pública, cujos representam menor número nas universidades públicas, em cursos elitizados. As políticas para acesso e permanência de estudantes da classe trabalhadora (resultado de lutas dos movimentos sociais), reivindicam o papel social (dos conhecimentos alternativos, da ecologia de saberes, da agroecologia familiar camponesa) da universidade na sua tríade: pesquisa, extensão e ensino, tornando a ciência feita nas universidades públicas, menos elitizada.

- **Extensão:** a extensão dentro da universidade, possui em muitos projetos, parcerias diversas com vários segmentos da sociedade, no entanto, a extensão coordenada e orientada por docentes que entendem a demanda social, impede a “terceirização disfarçada” das ações da universidade a serviço do capitalismo: a extensão não deve objetivar as atividades mais lucrativas. A extensão possui uma responsabilidade social.

A busca por uma Universidade viva que valoriza a ecologia dos saberes tem seu alicerce no Bolsão nos projetos do laboratório de GeoAgrária, nele as dimensões do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) são colocadas em movimento a favor de uma ciência geográfica dos camponeses e da agroecologia.

Em 2014, foram aprovados dois projetos, sendo eles: das sacolas agroecológicas e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão (NEDET-Bolsão)¹⁴. O projeto das sacolas agroecológicas, consiste na compra da

¹⁴ Tal núcleo é resultante do Projeto Implantação e manutenção do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS, do Edital CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, coordenado pelo Prof. Dr. Sedeval Nardoque. Esse projeto, juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), encerrou em 2016.

produção em transição agroecológica do PA 20 de Março pela comunidade acadêmica (figura 3).

Figura 1: Sacolas agroecológicas na UFMS/CPTL



Fonte: Acervo LABET.

Foto: Francielle Rodrigues de Macedo, 2015.

No ano de 2015, tivemos o projeto da Feira Agroecológica aprovado e a dinâmica do projeto das sacolas agroecológica modificou-se, passou-se a entrega direta para os pequenos agricultores aos consumidores, assim, estreitou-se a relação consumidor-agricultor e possibilitou maior conhecimento sobre a origem e de como é feita a produção vendida, corroborando para a quebra dos mitos de improdutividade que cercam a potencialidade da produção agroecológica familiar camponesa, e, dando visibilidade à reforma agrária exitosa.

Hoje são vendidos na feira agroecológica na UFMS/CPTL (figuras 4 e 5), mais de 30 diversidades de produtos: abóboras; almeirão; bananas; berinjelas; bolachas de nata (beliscão); bolos de mandioca e de milho; cebolinhas; cenouras; coentros; compotas de mamão; couves; doces de banana e de leite; geleias de acerola e amora; hortelã; jilós; limões; mandiocas; maracujás; maxixes; mel; pães; pimenta biquinho (in natura); pimenta malagueta (em conserva); pimentões; polpas de frutas; queijos; rabanetes; requeijão; rosas; rúculas; salsa; sopa paraguaia; tomates cereja; dentre outros.

Figura 2: Feira agroecológica na UFMS/CPTL, diversidades de hortaliças, legumes e frutas



Fonte: trabalho de campo.

Foto: Francielle Rodrigues de Macedo, 2017.

• **Pesquisa-ação:** A pesquisa-ação é a responsabilidade social dos projetos fomentados pela universidade. Os objetivos da pesquisa-ação, caminham juntos com as comunidades, organizações e movimentos sociais para a resolução de problemas das populações excluídas.

Em 2017, a transição agroecológica na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul teve outra vitória: a aprovação da Implantação de núcleo de estudo em Agroecologia e produção orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão – MS (figura 5).¹⁵

Figura 5: Logo do NEA-Bolsão/UFMS



Fonte: NEA-Bolsão/UFMS.

¹⁵ Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – Casa Civil/CNPq Nº 21/2016.

As ações começaram em 2018 e objetiva:

Contribuir para transição agroecológica por meio da criação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Território Rural do Bolsão, Estado de Mato Grosso do Sul, e para articulação das políticas públicas integrantes da matriz da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Especial esforço para ações de ensino, extensão e pesquisa voltadas à transição agroecológica proporcionando superação das desigualdades de renda e gênero via articulação institucional e operacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

Com a aprovação desse projeto de pesquisa a serviço dos camponeses e da agroecologia, criou-se o Núcleo de Estudos em Agroecologia do Bolsão (NEA – Bolsão), que conta com parceria diversas instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)¹⁶; EMBRAPA; Agraer; UFMS; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É uma articulação da pesquisa e extensão públicas a serviço do povo que, de certa forma, supre o vazio deixado pela ausência das instituições do estado responsáveis pela reforma agrária. Esta articulação acaba por se contrapor as empresas de celulose na organização produtiva e política dos agricultores do Bolsão.

As ações desse projeto iniciaram-se experimentalmente no PA 20 de Março. As primeiras atividades foram iniciadas no começo do ano de 2018, com uma reunião cujos participantes foram: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel da UFRN, Prof. Dr. Sedeval Nardoque, Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, ambos da UFMS/CPTL, equipe LABET, representantes da Agraer e assentados.

A reunião tinha como pauta, explicar e apresentar o projeto aos assentados e iniciar uma organização para dar andamento ao cronograma planejado. Prof. Dr. Locatel explicou que o projeto segue alguns passos: primeiro passo, o autoconhecimento dos assentados sobre sua própria história (quem são os assentados?); segundo passo, é referente ao diagnóstico de tudo o que foi conquistado ou não dentro do assentamento (o que tem no assentamento?); terceiro passo, a partir do autoconhecimento e da visibilidade dos problemas e conquistas, será feito o prognóstico (o que melhorar?).

Nesse sentido, os alunos do PET-Geo e LABET, auxiliaram no levantamento das histórias dos assentados sobre a conquista sobre a terra: desafios, momentos marcantes,

¹⁶ Principal referência das ações do projeto NEA.

vitórias e significado do acesso à terra. O relembrar a história, além de autoconhecimento, proporcionou o fortalecimento da ajuda mútua e vínculo com a terra de trabalho¹⁷.

No primeiro semestre do ano de 2019, foram feitas coletas de amostragens dos solos¹⁸ dos 69 lotes pela equipe do Laboratório de Estudos Ambientais (LABORAM), Programa de Educação Tutorial de Geografia (PET-Geo), LABET¹⁹ e UNESP (figura 6).

Figura 6: Coletas de amostragens de solos pela equipe NEA-Bolsão



Fonte: trabalho de campo.

Foto: Francielle Rodrigues de Macedo, 2018.

O trabalho de tradagem objetivou fazer um perfil geral dos solos do PA 20 de Março para que se possa auxiliar na escolha dos cultivos apropriados ao tipo de solo, bem como servir de referência do estágio inicial do solo no processo de recuperação agroecológica.

No fim do primeiro semestre do ano de 2019, iniciou-se também a implantação de uma estufa automatizada para a geração de mudas (figura 7). Essa ação do NEA-Bolsão

¹⁷ PEREIRA, Alessandra Alves. [et al.] LUTA PELA TERRA E IDENTIDADE COMUNITÁRIA: os caminhos da conquista do assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS. In: Anais 2018 [do]: **XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária** [recurso eletrônico]. – Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. p. 1633-1643.

¹⁸ Por meio da técnica da tradagem as atividades foram coordenadas pelo Prof. Dr. Mauro Henrique Soares da Silva membro da equipe do NEA-Bolsão, objetivam construir mapas temáticos do agroecossistema local que possam contribuir para a transição agroecológica.

¹⁹ Vinculados a UFMS/CPTL).

proporcionará maior autonomia camponesa, já que grande parte das mudas são compradas fora do PA 20 de Março. O projeto encontra-se em curso coordenado pelo IFMS-Três Lagoas – parceiro do NEA-Bolsão.

Figura 7: Estufa automatizada do PA 20 de Março, Três Lagoas (MS)



Fonte: Acervo NEA-Bolsão, 2019.

- **Ecologias de saberes:** As ecologias de saberes é o estreitamento entre produção do conhecimento científico das universidades e da diversidade dos conhecimentos populares, por isso, representa a correção da injustiça cognitiva da hegemonia da ciência imposta a países do hemisfério Sul ao longo da história.

As ecologias de saberes são um aprofundamento da pesquisa-ação. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade e, como tal, não pode ser decretada por lei. A reforma deve apenas criar espaços institucionais que facilitem e incentivem a sua ocorrência. A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade. (SOUSA SANTOS, 2018, p. 639-640).

As ações do NEDET - Bolsão tiveram início no ano de 2015 e findou-se no início de 2017. Esse projeto, em especial, apesar de representar possibilidade de apoio público aos agricultores do Bolsão teve grande atraso na liberação dos recursos (um semestre) para a realização do seu objetivo central: promover articulação entre os municípios da região do Bolsão de Mato Grosso do Sul, disseminando a autonomia camponesa através de auxílio em projetos que interessavam os assentamentos (formando para isso, colegiado

entre representantes da sociedade civil e autoridades dos oito municípios, e, comitês entre assentados).

Com este projeto de extensão criou-se o comitê de mulheres (entre os assentamentos de Selvíria, Três Lagoas e Paranaíba), cuja organização de forma autônoma permitiu a continuidade a despeito da extinção do NEDET, haja visto que o Encontro de Mulheres Camponesas do Bolsão²⁰, em 2019, teve sua oitava edição no mês de outubro.

Figura 8: 7º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão: palestra de representante da EMBRAPA sobre caldas defensivas e predadores naturais para equilíbrio ecológico nas roças



Fonte: Acervo NEA - Bolsão.

Foto: Francielle Rodrigues de Macedo, 2019.

O supracitado encontro tornou-se marco histórico (figura 8), visto que simboliza a capacidade de autonomia e organização das assentadas que organizam o evento duas vezes no ano. Ações como: diagnósticos prévios e orientação de saúde aos assentados; orientação e informação sobre as políticas atuais e as influências dessas para o povo do campo; informações sobre o clima e solos; palestras sobre acesso aos recursos públicos para os camponeses; aulas sobre como fazer e utilização de caldas defensivas, onde e

²⁰ O evento atingiu na sua 6ª edição seu maior público, no assentamento 20 de Março, com a marca de 400 participantes entre assentados; alunos, professores e servidores da UFMS/CPTL; sociedade civil em geral; parceiros de demais setores públicos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), e, representantes dos governos municipais.

quando usá-las. Essas ações são feitas em parcerias com a EMBRAPA, Agraer, e, com os professores e alunos dos mais diversos laboratórios e cursos da UFMS/Campus de Três Lagoas.

Outro ponto singular do evento é a partilha farta de alimentos em grande parte doada pelos assentamentos para os participantes (café da manhã, almoço e sobremesa, café da tarde); cantorias de modas de viola e apresentações culturais camponesas; venda e compra de produtos da economia camponesa; troca de sementes crioulas, também fazem parte do evento, evidenciando elementos do capital simbólico e economia familiar camponesa (figura 9).

Sem dúvida, esses eventos representam espaço de diálogo e socialização política do campesinato do Bolsão, espaços que inexisteriam na história de luta desses povos.

Figura 9: 7º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão: fartura na partilha de doces da indústria doméstica camponesa



Fonte: Acervo NEA - Bolsão.
Foto: Mieceslau Kudlavicz, 2019.

Outras atividades relacionadas a transição agroecológica que aproxima ciência e prática, são feitas por meio de algumas pesquisas desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculadas aos projetos de extensão do LABET. Todas essas ações visam dar visibilidade à produção e cultura camponesa promovendo cafés agroecológicos abertos à comunidade acadêmica (figura 10), com cantorias e modas de violas feitas por camponeses dentro da UFMS/CPTL.

Figura 10: Café agroecológico na UFMS/Campus de Três Lagoas



Fonte: Acervo NEA-Bolsão.

Foto: Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira, 2019.

Concordamos com Rigotto (2011) quando afirma, ao analisar a produção do conhecimento científico engendrado com as questões sociais, que precisamos de uma ciência viva, que dê voz e auxilie nas necessidades da população.

A Agroecologia, campo científico-social inovador e vivo, está descobrindo caminhos de ser:

- uma ciência que não esteja a serviço do capital e da ampliação da exploração da Natureza e dos seres humanos que trabalham
- uma ciência que vá ao mundo vivido recolher seus objetos de estudo, a partir das lentes da sensibilidade engajada, ao encontro daqueles que sofrem, dos grupos humanos e classes sociais mais vulneráveis;
- que reaprenda a ouvir, com respeito profundo e humildade, os saberes construídos em longa linha do tempo por povos indígenas, afro-descendentes ou comunidades tradicionais;
- que atente para a complexidade dos dramas de nossas sociedades contemporâneas, e saiba pedir ajuda a outros campos de saber para aproximar-se de compreendê-los;
- que reconheça a ancestral interdependência entre todos os seres vivos e a Natureza, e opte radicalmente pela solidariedade como base para a evolução da vida;
- que parta de bases epistemológicas renovadas e avance também na construção inventiva dos caminhos metodológicos, criando novos processos de trabalho em pesquisa, capazes de dar conta de apreender as diferentes dimensões, as inter-relações, as nuances e as sementes de futuro, no que Boaventura dos Santos chamou de hermenêutica da emergência;
- que nunca abra mão de retornar aos sujeitos da pesquisa para apresentar e validar ou não seus resultados, devolvendo a eles a matéria-prima ofertada em forma compatível com sua apropriação;
- que cuide de plantar no coração das novas gerações de pesquisadores o fogo da utopia, o vento bravo do compromisso com os desempoderados e invisibilizados de nosso tempo, a radicalidade da coerência e da ética. (RIGOTTO, 2011, p. 137).

Neste sentido, concordamos com Rigotto (2011) quando, ao analisar a produção do conhecimento científico numa sociedade de classes, afirma que precisamos de ciência viva, que dê voz e auxilie nas necessidades da população mais vulnerável.

Considerações finais

O núcleo familiar é indissociável da economia camponesa – trabalham e sobrevivem as crises porque contam com a família –, assim, o campesinato e a flexibilidade de sua economia, contribui para o bem comum da sociedade. Portanto, produzir conhecimento científico sobre o modo de vida camponês em parceria com a Universidade, vai além da ajuda porque se trata de troca de conhecimentos que fortalece a ciência e a agroecologia. Estudar o modo de vida camponês é compreender, dar visibilidade, contribuir na luta para que práticas alternativas de se produzir, sejam consideradas pelo mundo acadêmico. (SHANIN, 2008).

Não raras vezes, esse novo projeto de ciência centralizado no homem, nos diversos modos de vida, culturas e conhecimentos, é entendido como utópico frente a hegemonia não homogênea da centralidade do dinheiro. Por não ser homogênea, não sucumbe todos os lugares possuidores de dinâmicas próprias, e, é na escassez e mazelas humanas, as quais são resultados da hegemonia capitalista, que uma nova globalização encontra força motriz da tomada da autoconsciência e, a partir desta, de uma consciência coletiva, partilhada e construída com o auxílio das técnicas dóceis. (SANTOS, 2001).

O fortalecimento das práticas endógenas não exclui as tecnologias e a construção do conhecimento científico, só modifica o pilar central para aplicabilidade da ciência. As práticas, projetos e técnicas que eram usadas de forma a alimentar o lucro capitalista, no enfoque agroecológico são usadas para servir e resolver demandas e questões locais, dentro dos princípios norteadores da agroecologia.

Comprendemos então que os camponeses do PA 20 de Março estão em transição agroecológica, uma vez que, elementos inerentes aos princípios agroecológicos estão presentes em suas práticas, falas e modo de vida. Articulados a essa dinâmica, os projetos da Universidade (UFMS-CPTL) são pensados para resolução de problemas e atendimento as demandas do assentamento, em especial na ativação da vida comunitária.

São projetos gestados entre camponeses e Universidade que dão visibilidade aos sujeitos do campo cumprindo assim uma dupla função social, a saber, da terra e da

Universidade pública. Em parceria horizontal com essas famílias, a Universidade faz uma produção científica profundamente engajada com a busca de um novo paradigma científico produzido de “baixo para cima”. Que a partir dos espaços “ausentes” encontram na agroecologia um projeto de presente e de futuro, embasados na sustentabilidade e autonomia da produção familiar camponesa. A agroecologia, nesse sentido, apresenta-se como forma sustentável de produção e (re)produção familiar camponesa²¹ e elo promissor entre a ciência e a prática popular.

Para a consolidação dos caminhos agroecológicos é imprescindível que haja a Reforma Agrária. É por meio da terra repartida e do direito humano de alimentar-se de forma saudável que se chega à soberania alimentar no campo e na cidade.

A luta do campesinato acontece em muitos campos, um deles é no campo das ideias. Precisamos ter suas histórias contadas, suas memórias valorizadas e associadas às correntes teóricas, conferindo-lhes caráter científico dentro das universidades. É preciso que a construção do conhecimento científico tenha suas raízes ficadas na *práxis*. É somente pela junção do conhecimento científico com a experimentação social que entendemos a realidade e podemos mudar o rumo da história.

Por sua vez, é necessário romper com as amarras ideológicas do capitalismo que buscam reduzir a pó os modos de vidas diversos e conhecimentos alternativos embasados no saber/fazer, uma vez que, é por meio do consumismo, alimentado pelo fetiche da mercadoria (SANTOS, 2001), que a vida perde valor e as vontades tornam-se vazias de existência e sentido.

Compreendemos a potencialidade da agroecologia para alimentar o mundo, uma agroecologia familiar camponesa que não mira o lucro e se realiza no local, se alimenta e vive do que lhe é endógeno, absorvendo, quando necessário, elementos externos enquadrando-os a sua própria dinâmica, a exemplo das tecnologias sociais.

Nesse sentido, entendemos os projetos desenvolvidos pelo laboratório GeoAgrária da UFMS/Campus de Três Lagoas, como materialização do saber científico em consonância às realidades e demandas dos camponeses, e, como expressão do necessário diálogo de saberes da agroecologia numa aliança horizontal universidade-camponeses.

²¹ Quando falamos em (re)produção familiar camponesa, evidenciamos que o campesinato é um modo de vida. Parafraseando Shanin, a realidade é complexa e para conceituar o que é ou não classe, é necessário partir do abstrato para a realidade, nesse sentido, compreende-se uma classe a partir do que ela faz, logo, os camponeses constituem uma classe, porque possuem modo de vida próprio.

Agradecimentos

- O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 (This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001).

- Gratidão aos camponeses dessa pesquisa e equipe do laboratório de GeoAgrária da UFMS/Campus de Três Lagoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A herança da terra no trabalho com fontes orais. *In: BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. (Orgs). **Cultura, trabalho e memória**: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. p. 155 – 187.*

_____. CONTRADIÇÕES DA REFORMA AGRÁRIA NO BOLSÃO/MS EM TEMPOS DE IMÉRIOS DE PAPEL. *In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária). Curitiba: CRV, 2018. p. 273-297.*

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 215-250.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica Agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Três Lagoas.

_____. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Em tempos de “privatização” da Reforma Agrária, a necessária *práxis* do bem comum. *In: **Boletim DATALUTA***. Presidente Prudente, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. I. Feuerbach: fragmento 2 (de junho a meados de julho de 1846). *In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã***. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos. **Soberania Alimentar e Transição Agroecológica no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS)**. 2018. 118 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Savério (et al). **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 255 – 286.

_____. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária)**. Curitiba: CRV, 2018. p. 243-272.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA DOS SANTOS, Danielle Ivana. et. al, A CRISE AMBIENTAL E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE COMUNIDADES RURAIS AMAZÔNICAS. In: **Revista Terceira Margem Amazônica**, v. 3, n. 10. 2018. p. 32-50.

PETERSEN, Paulo. SOGLIO, Fábio Kessler Dal. CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.

RIGOTTO, Raquel Maria. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. In: **Revista Pegada**, vol. 12, n. 1. 2011. p. 123-140.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Novos Estudos** – CEBRAP. N. 79. São Paulo: nov. 2007. p. 71-94.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: MENESES, Maria Paula; et al. (orgs.). **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia essencial: Volume II: Para um pensamento**

alternativo de alternativas. 1ª ed. V. 2. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 601-645.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. *In*: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 657-666.

_____. Renda da terra. *In*: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 667-673.

Recebido em 21/11/2020. Aceito para publicação em 01/05/2021.
--